



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MARANHÃO
AV. SENADOR VITORINO FREIRE - Bairro AREINHA - CEP 65010917 - São Luís - MA

TERMO DE REFERÊNCIA

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Contratação de serviços de transportes intermunicipal e intramunicipal, incluindo veículos abastecidos e motoristas devidamente habilitados, para transporte de pessoas, materiais e pequenas cargas, visando atender as necessidades de locomoção decorrentes do pleito eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, para as seguintes demandas:

- a) **Demanda da Secretaria de Informática** – Suporte às zonas eleitorais para atuação dos técnicos de urnas, técnicos de juntas e instaladores.
- b) **Demanda da Secretaria de Administração** – Suporte às atividades da seção de transportes tendo em vista o diminuto quantitativo de veículos de propriedade do Tribunal.

2. JUSTIFICATIVA

O Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão não dispõe da estrutura necessária, no que diz respeito aos serviços de transportes de pessoas e pequenas cargas, para dar suporte às atividades de organização do pleito eleitoral em todo o Estado, uma vez que sua frota regular de veículos e seu quadro de motoristas contratados são insuficientes. Torna-se necessária, assim, a contratação de serviços de transporte, com veículos e motoristas habilitados, de sorte a atender a essa demanda eventual de locomoção de técnicos e servidores pelas zonas e juntas eleitorais da capital e do interior do estado, imprimindo eficiência à complexa logística de administração e realização do pleito.

Portanto, uma vez que os veículos de propriedade do Tribunal estão aquém da estrutura demandada no período eleitoral, verifica-se a necessidade de:

- a) Suprir a carência de veículos no período eleitoral, o qual exige celeridade no atendimento às zonas da capital e do interior do Estado;
- b) Atender a necessidade de locomoção de servidores, a fim de responder com rapidez as demandas da justiça eleitoral;
- c) Imprimir eficiência à complexa logística do período eleitoral.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Contratação de serviços de transportes, incluindo veículos abastecidos e motoristas devidamente habilitados para atender às necessidades de locomoção decorrentes do pleito eleitoral de 2026, no primeiro e, caso ocorra, no segundo turno, especificamente quanto às rotas dos instaladores, dos técnicos de urnas, dos técnicos de juntas, bem como as demandas da Secretaria do Tribunal, cuja métrica escolhida foi a **quilometragem rodada** e a **diária de disponibilização do veículo**.

Considerando que não é possível a definição prévia do quantitativo a ser utilizado, tal como na eventualidade de quilometragem adicional ou na ampliação do período de viagem, já que dependem de diversas variáveis, os preços deverão ser registrados em uma ata de registro de preço, assim como prescreve o Art. 40, inciso II c/c Seção V da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando as hipóteses de enquadramento prevista no Art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.

Como se trata de objeto simples e que não precisa estar associado a outro objeto para produção dos resultados pretendidos, inexistente necessidade de eventual contratação concomitante a essa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Sustentabilidade ambiental

4.1.1. A fim de atender aos imperativos inerentes à sustentabilidade ambiental, a Contratada deverá:

a) Efetuar o manejo correto dos resíduos sólidos gerados a partir da execução do objeto contratual, dando a adequada destinação a pneus, óleos, fluidos, materiais plásticos, borrachas e todo e qualquer resíduo produzido, observadas sempre as recomendações dos fabricantes de produtos e peças automotivas;

a.1) A observância desse requisito será verificada por meio da aposição dos carimbos de revisões nos manuais dos veículos por oficinas formais e regulares, não sendo admitida a realização de trocas de óleos e fluidos de maneira artesanal – fora de estabelecimentos especializados para tal atividade;

b) Manter todas as manutenções preventivas e corretivas dos veículos rigorosamente em dia, conforme especificações dos fabricantes e em consonância com a quilometragem de cada veículo, a fim de diminuir a ocorrência de queima irregular de combustível e consequente emissão de poluentes na atmosfera e no solo, bem como o desgaste prematuro de peças e componentes, ajudando assim a reduzir o passivo ambiental produzido pela execução do objeto contratual, fazendo prova da boa condição dos veículos no momento de sua apresentação para a inspeção pela Fiscalização do Contrato.

4.1.2. No tocante à sustentabilidade social, deverá a Contratada:

- a) Fazer a comprovação de regularidade em relação aos encargos trabalhistas, previdenciários e acidentários, tanto quando da adjudicação do objeto contratual como no momento do pagamento dos serviços executados.
- b) Zelar, por meio da atuação dos seus prepostos, pelo bem estar dos trabalhadores alocados na execução dos serviços, cuidando especialmente do efetivo uso pelos profissionais dos equipamentos de proteção individual fornecidos pela empresa (cintos de segurança, capacetes para motociclistas, calçados e vestimentas adequados ao tipo de atividade etc), minimizando a possibilidade de ocorrência de acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais.
- c) Garantir, através de monitoramento criterioso, que os trabalhadores cumpram a jornada de trabalho adequada, a fim de evitar que motoristas conduzam veículos sem condições físicas (exaustos, com sono, efetuando “dobra” irregular), observando os intervalos inter e intrajornada prescritos na legislação específica.

4.2 Da qualificação técnica e econômico-financeira dos licitantes

4.2.1. A licitante deverá apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que demonstre aptidão na execução de atividades compatíveis com o objeto desta contratação. A comprovação da capacidade técnica solicitada deverá contemplar a execução de um quantitativo mínimo de 30% (trinta por cento) do quantitativo a ser contratado.

4.2.1.1. Poderá ser exigido do licitante classificado em primeiro lugar a apresentação do(s) contrato(s) e/ou nota(s) fiscal(is) correspondente(s) ao(s) atestado(s) apresentado(s) para a comprovação da capacidade técnica, caso o(s) atestado(s) apresentado(s) não possua informações suficientes para a satisfação desse requisito.

4.2.2. Documentos necessários à verificação da qualificação econômico-financeira:

4.2.2.1. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos dois últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

4.2.2.1.1 Caso a licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices, deverá apresentar patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.

4.2.2.2. Certidão Negativa de Falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da Licitante, com emissão de até 60 (sessenta) dias da abertura da licitação;

4.2.2.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

4.3. Da vistoria ou visita técnica

4.3.1. É facultada aos proponentes a realização de vistoria técnica nos locais de execução dos serviços, a fim de obtenção de subsídios para a adequada elaboração de suas propostas comerciais;

4.3.2. Caso opte por não realizar a vistoria, a licitante deverá apresentar, junto à sua proposta, declaração de que conhece as condições e o local de execução, assumindo total responsabilidade por eventuais dificuldades técnicas não previstas, nos termos do art. 63, §3º da Lei nº 14.133/2021

4.4. Da subcontratação

Em razão da capilaridade logística, sendo que o serviço abrange diversas zonas eleitorais, algumas situadas em locais de difícil acesso, será admitida a subcontratação parcial permitindo que a contratada principal utilize parceiros locais que possuam frota disponível e conhecimento das rotas específicas da região. Ficando vedada a subcontratação da totalidade do objeto, devendo a contratada principal manter a responsabilidade direta.

4.5 Garantias contratuais

Pela natureza dos serviços prestados, bem como pelo fato de não ser uma contratação com obrigações trabalhistas, não haverá necessidade de apresentação de garantia contratual;

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 Especificação dos veículos a serem locados

Na escolha e caracterização dos veículos foram levadas em consideração as peculiaridades do terreno e vias de acesso para onde os veículos transitarão e estabelecido o mínimo de requisitos necessários à salubridade, à segurança no desempenho da atividade e ao conforto dos servidores.

O serviço de transporte incluirá veículos licenciados e motoristas devidamente habilitados, combustível e seguro total, ficando a contratada responsável por quaisquer danos causados a terceiros, bem como multas de trânsito, lavagens, eventuais despesas com reboques (guincho), manutenção decorrente de defeitos e eventuais necessidade de travessia em balsas, etc.

a) Os **veículos leves** deverão ter a seguinte especificação:

Veículos com 04(quatro) portas, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), gasolina ou álcool/gasolina, cilindrada mínima de 1.0, todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, capacidade do bagageiro acima de 250 litros, em perfeito estado de conservação, manutenção em dia, demonstrada através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro meio de prova, direção hidráulica ou elétrica (pois é item necessário para uma boa condução do veículo), ar condicionado, capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros.

b) As **caminhonetes com tração 4x4 - pick-up**, deverão ter a seguinte especificação:

Caminhonetes 4x4, a diesel ou gasolina, ano de fabricação a partir de 2018 (pois veículos abaixo desse ano de fabricação estão mais suscetíveis à problemas e falta de segurança), cabine dupla, 04(quatro) portas, com todos os equipamentos de segurança exigidos pela legislação de transportes e trânsito, em perfeito estado de conservação e apresentação e com manutenção em dia, demonstrada

através dos respectivos carimbos no manual do veículo ou outro meio de prova, direção hidráulica ou elétrica (pois é item necessário para uma boa condução do veículo), ar condicionado, snorkel se necessário (em casos de percursos alagados), carroceria com capota marítima, capacidade para no mínimo 05(cinco) passageiros.

Em caso de locais de difícil acesso, como dunas, praias, areias, tais como as cidades de Barreirinhas, Primeira Cruz, Humberto de Campos, Santo Amaro, etc, a locação dos veículos poderá ser de ano inferior, desde que aprovado pelo NAV ou comissão de veículos, já que é sabido que os veículos que trafegam em tais regiões, por exemplo as “Jardineiras”, são especialmente adaptadas para a dificuldade do terreno e são utilizados de forma corriqueira para essa finalidade.

5.1.2 Em até 5 (cinco) dias antes da utilização dos veículos, ocorrerá uma inspeção, conforme lista de verificação (*checklist*) constante em anexo IV, que será realizada na Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, sob a incumbência da Seção de Gestão de Transportes (NAV) e Comissão de Veículos.

5.1.3 Em caso de impossibilidade de apresentação do veículo, devidamente justificada e acatada pelo NAV, a empresa deverá enviar fotos que comprovem o bom estado de conservação dos veículos, tal como dos pneus, faróis em funcionamento, parte interna, estepes, placa, etc.

5.1.4 Tal inspeção visa aferir se o veículo está em bom estado de conservação, através de verificações básicas e de fácil avaliação por qualquer usuário médio. O *checklist* é elemento essencial para a aprovação do veículo que será utilizado.

5.1.5 Sendo rejeitado o veículo, a CONTRATADA terá até o dia seguinte para apresentar novo veículo para inspeção. Havendo nova rejeição do veículo apresentado, estará caracterizada a inexecução parcial da obrigação e será aplicada multa prevista em capítulo próprio, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

5.2 Da manutenção dos veículos locados

5.2.1 A contratada deverá substituir o veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção preventiva e corretiva (compreendendo a troca de óleo e filtros, a substituição das peças de desgaste natural, o conserto ou a troca de componentes ou equipamentos danificados ultrapassar 3 (três) horas.

5.2.2 Caso essa necessidade de revisão e manutenção ocorra na véspera ou no dia da Eleição, a substituição dos veículos deverá ser em 30 (trinta) minutos de modo a não comprometer a realização das eleições.

5.2.3 Qualquer dano que venha a ocorrer nos veículos, desde que a administração não tenha concorrido para a ocorrência do dano, será de inteira responsabilidade da contratada, a quem compete arcar com o custo da franquia do seguro.

5.2.4 A responsabilidade pela remoção do veículo com problemas de locomoção será inteiramente da contratada.

5.3 Seguro dos veículos

5.3.1 Acidentes na prestação do serviço é de inteira responsabilidade do contratado.

5.3.2 Os veículos deverão estar segurados, pelo valor de mercado, contra os seguintes eventos:

a) COLISÃO: perda total e/ou danos materiais por colisão, capotamento, abalroamento, queda, acidente, queda de objetos estranhos sobre o veículo, submersão por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

b) SUBMERSÃO: dano por inundação ou alagamento de qualquer tipo, granizo, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros, inclusive atos de terceiros;

c) INCÊNDIO: perda total e/ou danos materiais parciais por incêndio, bem como despesas necessárias com socorro e salvamento, entre outros;

d) ROUBO: roubo ou furto do veículo e, inclusive, a sua tentativa;

e) DANOS MATERIAIS E CORPORAIS CAUSADOS A TERCEIROS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por pessoa afetada.

f) ACIDENTES PESSOAIS: Valor mínimo de indenização: R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) por passageiro.

5.4 Exigências necessárias para o condutor do veículo

5.4.1 Os requisitos para a seleção do motorista, visam a resguardar a boa prestação de serviço e proporcionar ao usuário segurança. Abaixo enumera-se os requisitos necessários:

5.4.2 O motorista deverá estar devidamente habilitado pelos órgãos competentes, com experiência mínima de 2 (dois) anos.

5.4.3 Caso o motorista não conheça a rota das cidades, caberá à empresa custear guias locais. Isso ocorre comumente nas cidades de Humberto de Campos, Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas.

5.4.4 Deverá ser apresentada cópia dos seguintes documentos:

a) Carteira Nacional de Habilitação válida;

b) Comprovante de residência;

c) Certidão de antecedentes criminais expedida pela Secretaria de Segurança Pública Estadual (Polícia Civil) e Federal (Polícia Federal).

5.5 Demanda a ser contratada

Para um melhor entendimento do escopo da contratação, a demanda está segmentada conforme disposto abaixo:

- a) Rotas dos Instaladores
- b) Rotas dos Técnicos de Urnas
- c) Rotas dos Técnicos de Juntas
- d) Carros que ficarão à disposição Secretaria do Tribunal

5.5.1 Instaladores

Tais técnicos ficarão responsáveis por proporcionar suporte às zonas eleitorais da Rota nos dias que antecedem à Eleição. Dessa forma, os Instaladores deslocar-se-ão para uma das cidades, ficando de prontidão para atendimento em qualquer cidade da rota. Será alocado um carro por rota.

Abaixo detalhamento das rotas, conforme informação encaminhada no SEI nº 0012095-88.2025.6.27.8000:

Rota/Item	Tipo de Demanda	Municípios	Cidade-Polo	Distância Km	Total de quilometragem Para Registro (com contingência 30%)	Veículo	Período de viagem 1º Turno	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista 1º Turno	Período de viagem 2º Turno (Se houver)	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista - 2º turno (Se houver)
1	Instalador	São Luís, Passagem Franca (Logoa do Mato, Buriti Bravo), São João dos Patos (Paraibano, Sucupira do Riachão), Barão de Grajaú (São Francisco do MA), Pastos Bons (Benedito Leite, Nova Iorque), Loreto (São Domingos do Azeitão, São Felix de Balsas), São Raimundo das Mangabeiras (Sambaíba), Balsas (Formosa da Serra Negra, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas), Alto Parnaíba (Tasso Fragoso), Carolina, Riachão (Feira Nova do MA), São Luís	Balsas	2.620	3.406	PICKUP	21/09 à 05/10/2026	15	20/10 à 26/10/2026	7
2	Instalador	São Luís, São Mateus, Pedreiras (Trizidela do Vale), Esperantinópolis (Poção de Pedras, São Raimundo do Doca Bezerra, São Roberto), Lago da Pedra(Lagoa Grande, Lago do Junco, Lago dos Rodrigues), Paulo Ramos (Marajá do Sena), Vitorino Freire(Brejo de Areia, Altamira do Maranhão), Olho Dágua das Cunhãs(Satubinha, Pio XII), São Luís Gonzaga (Alto Alegre), Cantanhede (Matões do Norte e Pirapemas),	Bacabal	810	1.053	PICKUP	21/09 à 05/10/2026	15	20/10 à 26/10/2026	7

		Bacabal e São Luís								
3	Instalador	São Luís, Santo Antonio dos Lopes, Dom Pedro, Tuntum, Barra do Corda,(Fernando Falcão) Grajáú(Itaipava do Grajáú), São Domingos do Maranhão(Fortuna), Colinas (Jatobá), Mirador, Governador Eugênio Barros, Presidente Dutra (Joselândia), São Luís	Presidente Dutra	1.475	1.918	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
4	Instalador	São Luís, Itapecuru Mirim, Vargem Grande (Nina Rodrigues, Presidente Vargas), Urbano Santos (Belágua), São Benedito do Rio Preto), Chapadinha (Mata Roma), Buriti, São Bernardo (Magalhães de Almeida, Santana do Maranhão), Araióses (Água Doce), Tutóia (Paulino Neves), Brejo (Santa Quiteria, Milagres do MA, Anapurus), São Luís.	Brejo	1.200	1.560	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
5	Instalador	São Luís, Carutapera (Luís Domingues), Cândido Mendes(Amapá do Maranhão, Godofredo Viana), Maracaçumé (Boa Vista do Gurupi, Centro Novo do Maranhão, Junco do Maranhão), Governador Nunes Freire (Centro do Guilherme, Maranhãozinho), Turiaçu, Guimarães (Cedral, Central do Maranhão, Mirinzal, Porto Rico do Maranhão), Cururupu, Bacuri (Apicum-Açu, Serrano), Santa Helena(Turilândia), São Luís	Santa Helena	1.160	1.508	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
		São Luís, Buriticupu (Bom Jesus das Selvas), Arame, Açailândia (Cidelândia, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão), São Pedro da Água Branca								

6	Instalador	(Vila Nova dos Martírios), Imperatriz (Davinópolis), João Lisboa (Buritirana, Senador La Rocque), Amarante (Sítio Novo), Montes Altos (Governador Edison Lobão, Ribamar Fiquene), Porto Franco (Campestre do Maranhão, Lajeado Novo, São João do Paraíso), Estreito (São Pedro dos Crentes), São Luís	Imperatriz	2.115	2.750	PICKUP	21/09 à 05/10/2026	15	20/10 à 26/10/2026	7
7	Instalador	São Luís, Coroatá(Peritoró), Codó (Timbiras), Coelho Neto (Afonso Cunha, Duque Bacelar), Timon, Parnarama, Matões, Caxias (Aldeias Altas, Senador Alexandre Costa, São João Soter), São Luís	Caxias	1.220	1.586	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
8	Instalador	São Luís, Arari, Vitória do Mearim, Penalva, Viana(Cajari), Matinha (Olinda Nova do Maranhão), São João Batista (Cajapió, São Vicente Ferrer), São Bento (Bacurituba, Palmeirândia), Bequimão (Peri Mirim), Alcântara, Pinheiro (Pedro do Rosário, Presidente Sarney), São Luís	Pinheiro	665	865	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
9	Instalador	São Luís, Pindaré Mirim (Monção), Bom Jardim (São João do Carú), Zé Doca (Araguanã, Governador Newton Bello), Santa Luzia do Paruá (Nova Olinda do Maranhão, Presidente Médici), Santa Luzia (Alto Alegre do Pindaré), Santa Inês, São Luís	Santa Inês	900	1.170	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7
10	Instalador	São Luís, Paço do Lumiar (Raposa), São José de Ribamar, Rosário (Bacabeira, Santa Rita), Morros (Cachoeira Grande, Presidente Juscelino), Icatu (Axixá), Humberto de Campos	Barreirinhas	575	748	PICKUP	24/09 à 05/10/2026	12	20/10 à 26/10/2026	7

		(Primeira Cruz, Santo Amaro do Maranhão), Barreirinhas, São Luís								
--	--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

5.5.2 Rotas de técnicos de urnas

Tais técnicos ficarão responsáveis por percorrer todas as cidades das rotas visando dar suporte às zonas eleitorais no processo de geração de mídia e carga e lacre das urnas eletrônicas. Dessa forma as cidades da área necessariamente deverão ser percorridas pelos técnicos. Poderá ocorrer a alteração nas cidades da rota, desde que se limite à quilometragem estipulada no planejamento da viagem. Será alocado um carro por rota.

Abaixo detalhamento das rotas, conforme informação encaminhada no **SEI nº 0012095-88.2025.6.27.8000**:

Rota/Item	Tipo de Demanda	Municípios	Cidade-Polo	Distância Km 1º turno	Total de quilometragem Para Registro (com contingência 30%)	Distância Km 2º turno	Total de quilometragem Para Registro (com contingência 30%)	Veículo	Período de viagem 1º Turno	Período de viagem 2º Turno	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista
11	Técnico de Urna	São Luís, Loreto, São Raimundo das Mangabeiras, Alto Parnaíba, São Luís	Alto Parnaíba	2.070,00	2.691,00	2.070,00	2.691,00	Pick-up	26/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	19
12	Técnico de Urna	São Luís, Passagem Franca, São Luís	Passagem Franca	1094	1.422,20	1.094,00	1.422,20	Leve	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18
13	Técnico de Urna	São Luís, Brejo, São Luís	Brejo	642,00	834,60	642,00	834,60	Leve	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18
14	Técnico de Urna	São Luís, Governador Nunes Freire, Maracaçumé, São Luís	Maracaçumé	474	616,20	474,00	616,20	Leve	26/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	19
15	Técnico de Urna	São Luís, Santa Luzia, Buriticupu, São Luís	Santa Luzia	826	1.073,80	826,00	1.073,80	Pick-up	26/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	19
16	Técnico de Urna	São Luís, Guimarães, Bacuri, São Luís	Guimarães	504	655,20	504,00	655,20	Pick-up	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18
17	Técnico de Urna	São Luís, Lago da Pedra, Vitorino Freire, Olho D'água das Cunhãs, São Luís	Olho D'Água das Cunhãs	736	956,80	736,00	956,80	Leve	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18
18	Técnico de Urna	São Luís, Arame, Açailândia, São Luís	Arame	1492	1.939,60	1.492,00	1.939,60	Pick-up	26/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	19
19	Técnico de Urna	São Luís, Carutapera, Santa Luzia do Paruá, São Luís	Carutapera	1026	1.333,80	1.026,00	1.333,80	Leve	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18
20	Técnico de Urna	São Luís, Grajaú, São	Grajaú	1136	1.476,80	1.136,00	1.476,80	Leve	27/09 05/10/2026	19 a 26/10/2026	18

5.5.3 Rotas dos Técnicos de Juntas

Tais técnicos ficarão responsáveis por dar suporte aos municípios-sede de Juntas Eleitorais nos dias que antecedem às eleições.

Os veículos que serão disponibilizados para essas localidades deverão ter, em regra, como ponto de partida a cidade de São Luís. Em eventuais necessidades e a critério da Administração, poderá ser exigido que o veículo fique à disposição do servidor/técnico já na localidade de execução ou em cidades circunvizinhas, a fim de condução do servidor que o estará aguardando. Será alocado um carro por rota.

Poderá ocorrer a alteração das cidades da rota, desde que se limite a quilometragem estipulada no planejamento da viagem. Abaixo detalhamento das rotas, conforme informação encaminhada no **SEI nº 0012095-88.2025.6.27.8000**:

Rota /Item	Tipo de Demanda	Municípios	Cidade-Polo	Distância Km ida e volta 1º turno	Total de quilometragem prevista com adicional de contingência 30%	Distância Km ida e volta 2º turno	Total de quilometragem prevista com adicional de contingência 30%	Veículo Pickup ou Leve	Período de viagem 1º Turno	Período de viagem 2º Turno	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista
21	Técnico de Junta	São Luís, Caxias, Senador Alexandre Costa, São Luís	Senador Alexandre Costa	978	1.271,40	978,00	1.271,40	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
22	Técnico de Junta	São Luís, Codó, Timbiras, São Luís	Timbiras	672,00	873,60	672,00	873,60	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
23	Técnico de Junta	São Luís, Cantanhede, Pirapemas, São Luís	Pirapemas	374,00	486,20	374,00	486,20	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
24	Técnico de Junta	São Luís, Humberto de Campos, Santo Amaro do Maranhão, São Luís	Santo Amaro	542	704,60	542	704,60	Pick-up	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
25	Técnico de Junta	São Luís, Passagem Franca, Buriti Bravo, São Luís	Buriti Bravo	1.188,00	1.544,40	1.188,00	1.544,40	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
26	Técnico de Junta	São Luís, Presidente Dutra, Joselândia, São Luís	Joselândia	826	1.073,80	826	1.073,80	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
27	Técnico de Junta	São Luís, Loreto, São Félix de Balsas, São Luís	São Félix de Balsas	1.612,00	2.095,60	1.612,00	2.095,60	Leve	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
28	Técnico de Junta	São Luís, Loreto, São Domingos do Azeitão, São Luís	São Domingos do Azeitão	1.584,00	2.059,20	1.584,00	2.059,20	Leve	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
29	Técnico de Junta	São Luís, Bom Jardim, São João do Carú, São Luís	São João do Caru	736	956,80	736	956,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
30	Técnico de Junta	São Luís, Estreito, São Pedro dos Crentes, São Luís	São Pedro dos Crentes	1.746,00	2.269,80	1.746,00	2.269,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
31	Técnico de Junta	São Luís, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, São Luís	Bom Jesus das Selvas	938,00	1.219,40	938,00	1.219,40	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
32	Técnico	São Luís, Açailândia, Cidelândia	Cidelândia	1.236,00	1.606,80	1.236,00	1.606,80	Pick-up	30/09 a	22 a	11

	de Junta	Cidelândia, São Luís							05/10/2026	26/10/2026	
33	Técnico de Junta	São Luís, Barra do Corda, Fernando Falcão, São Luís	Fernando Falcão	1.096,00	1.424,80	1.096,00	1.424,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
34	Técnico de Junta	São Luís, Amarante do Maranhão, Sítio Novo, São Luís	Sítio Novo	1.466,00	1.905,80	1.466,00	1.905,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
35	Técnico de Junta	São Luís, Paulo Ramos, Marajá do Sena, São Luís	Marajá do Sena	720	936,00	720	936,00	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
36	Técnico de Junta	São Luís, Balsas, Formosa da Serra Negra, São Luís	Formosa da Serra Negra	1.924,00	2.501,20	1.924,00	2.501,20	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
37	Técnico de Junta	São Luís, Santa Luzia, Alto Alegre do Pindaré, São Luís	Alto Alegre do Pindaré	704	915,20	704	915,20	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
38	Técnico de Junta	São Luís, Alto Parnaíba, Tasso Fragoso, São Luís	Tasso Fragoso	2.250,00	2.925,00	2.250,00	2.925,00	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
39	Técnico de Junta	São Luís, Grajaú, Itaipava do Grajaú, São Luís	Itaipava do Grajaú	1.370,00	1.781,00	1.370,00	1.781,00	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
40	Técnico de Junta	São Luís, Pastos Bons, Benedito Leite, São Luís	Benedito Leite	1.334,00	1.734,20	1.334,00	1.734,20	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
41	Técnico de Junta	São Luís, Viana, Cajari, São Luís	Cajari	492,00	639,60	492,00	639,60	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
42	Técnico de Junta	São Luís, Barão de Grajaú, São Francisco do Maranhão, São Luís	São Francisco do Maranhão	1.424,00	1.851,20	1.424,00	1.851,20	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
43	Técnico de Junta	São Luís, Brejo, Santa Quitéria do Maranhão, São Luís	Santa Quitéria do Maranhão	720,00	936,00	720,00	936,00	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
44	Técnico de Junta	São Luís, Guimarães, Mirinzal, São Luís	Mirinzal	344,00	447,20	344,00	447,20	Leve	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
45	Técnico de Junta	São Luís, Porto Franco, São João do Paraíso, São Luís	São João do Paraíso	1.536,00	1.996,80	1.536,00	1.996,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
46	Técnico de Junta	São Luís, Vitorino Freire, Brejo da Areia, São Luís	Brejo da Areia	770,00	1.001,00	770,00	1.001,00	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
47	Técnico de Junta	São Luís, João Lisboa, Buritirana, São Luís	Buritirana	1.384,00	1.799,20	1.384,00	1.799,20	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
48	Técnico de Junta	São Luís, Esperantinópolis, São Raimundo do Doca Bezerra, São Luís	São Raimundo do Doca Bezerra	780,00	1.014,00	780,00	1.014,00	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
	Técnico	São Luís, Cândido Mendes, Amapá do	Amapá do						30/09 a	22 a	

49	de Junta	Amapá do Maranhão, São Luís	Maranhão	792,00	1.029,60	792,00	1.029,60	Pick-up	05/10/2026	26/10/2026	11
50	Técnico de Junta	São Luís, Bacabal, Bom Lugar, São Luís	Bom Lugar	578,00	751,40	578,00	751,40	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
51	Técnico de Junta	São Luís, Bacabal, Conceição do Lago-Açu, São Luís	Conceição do Lago-Açu	632,00	821,60	632,00	821,60	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10
52	Técnico de Junta	São Luís, Montes Altos, Governador Edison Lobão, São Luís	Governador Edison Lobão	1.456,00	1.892,80	1.456,00	1.892,80	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
53	Técnico de Junta	São Luís, Pinheiro, Pedro do Rosário, São Luís	Pedro do Rosário	354,00	460,20	354,00	460,20	Leve	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
54	Técnico de Junta	São Luís, Bacuri, Apicum-Açu, São Luís	Apicum-Açu	468,00	608,40	468,00	608,40	Pick-up	30/09 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	11
55	Técnico de Junta	São Luís, Pindaré-Mirim, Monção, São Luís	Monção	556,00	722,80	556,00	722,80	Leve	01 a 05/10/2026	22 a 26/10/2026	10

5.5.4 Carros que ficarão à disposição na Secretaria do Tribunal

Os veículos destinados à secretaria ficarão disponíveis para eventuais necessidades deste Tribunal, ficando à disposição para utilização em todo o Estado. Serão alocados em cada tipo de carro no máximo 6 (seis) veículos simultaneamente.

Para esta demanda foram acrescidas diárias e quilometragens extras para suprir as necessidades da Comissão de Mesários no tocante aos treinamentos que ocorrerão nas Zonas do interior do Estado.

Item	Tipo de Demanda	Municípios	Cidade-Polo	Distância estimada - 1º turno 2026 Km / Google maps	Distância estimada - 2º turno 2026 Km / Google maps	Total de Km estimado 1º e 2º turnos	Total de Quilômetros estimados - PARA REGISTRO (contingência de 30%)	Período de viagem	Veículo	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista 1º e 2º turnos	Qtd Diárias de disponibilidade de carro e motorista 1º e 2º turnos + Contingência - PARA REGISTRO
56	SECRETARIA DO TRIBUNAL - SÃO LUÍS SEGET (Seção de Transporte)	São Luís e outras cidades do Estado se necessário	São Luís	15.000,00	15.000,00	30.000,00	39.000,00	01/08 a 31/10/2026 de acordo com a necessidade	LEVE	85	115
57	SECRETARIA DO TRIBUNAL - SÃO LUÍS SEGET (Seção de Transporte)	São Luís e outras cidades do Estado se necessário	São Luís	15.000,00	15.000,00	30.000,00	39.000,00	01/08 a 31/10/2026 de acordo com a necessidade	PICKUP	85	115

5.6 Horário para prestação do serviço:

- 5.6.1 O Horário de execução dos serviços será das 07h às 19h30, inclusive aos sábados, domingos e feriados. No dia e véspera da Eleição o horário poderá ser estendido até às 24h, e iniciará às 06h.
- 5.6.2 Durante a noite, a partir das 19h, é proibido a realização de viagens intermunicipais, salvo quando decorrente de fato urgente e se autorizado pela Comissão de Veículos e Contratado.
- 5.6.3 Caso esteja em deslocamento intermunicipal e extrapole o horário das 19h o motorista e passageiro deverão interromper a viagem na próxima cidade da rota.

5.6.4 Caso o veículo não seja disponibilizado no horário e data preestabelecidos, incidirá multa nos termos previstos neste Termo de Referência.

5.7 Obrigações da Contratada:

5.7.1 Apresentar documentação, em até 5 (cinco) dias antes do início da prestação dos serviços, dos motoristas alocados, que deverá conter: nome completo; data de nascimento; habilitação, endereço completo e telefone de contato;

5.7.2 Entregar os veículos com a documentação devidamente regularizada à fiscalização do contrato, juntamente com a cópia da carteira nacional de habilitação do motorista condizente com o tipo de veículo a ser conduzido;

5.7.3 Proceder à inspeção, manutenção e reparo de cada um dos veículos antes de sua entrega à pessoa credenciada pelo TRE-MA, de forma a entregá-lo em perfeitas condições de uso e de acordo com as demais exigências estipuladas no Contrato;

5.7.4 Manter atualizado o registro diário de frequência do motorista e do deslocamento do veículo respectivo, indicando a marcação do hodômetro (quilometragem) na origem e destino, conforme Relatório de Viagem;

5.7.5 Cumprir as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante contida na licitação e nas cláusulas deste Termo de Referência.

5.7.6 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite 25% do valor inicial atualizado do contrato, consoante o Art. 125 da Lei n.º 14.133/2021;

5.7.7 Indicar formalmente preposto para acompanhar a prestação do serviço, estando o mesmo apto a dirimir todas as questões contratuais;

5.7.8 Atender, de imediato, às solicitações do contratante quanto à substituição de veículos e/ou motoristas não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços;

5.7.9 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, ambientais, tarifas rodoviárias e hidroviárias, quando for o caso, durante a execução do contrato;

5.7.10 Responsabilizar-se, em relação aos profissionais disponibilizados para condução dos veículos, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços e pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à Contratante;

5.7.11 Arcar com as despesas relativas à combustível, troca de óleo, lubrificantes e demais suprimentos, bem como lavagem de veículos, necessários ao fiel cumprimento do objeto de contratação;

5.7.12 Não permitir que qualquer motorista se apresente com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica;

5.7.13 Dar ciência imediata e por escrito ao **CONTRATANTE** sobre qualquer anormalidade verificada na locação dos veículos;

5.7.14 Manter, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sob pena de multa, rescisão contratual;

5.7.15 Responsabilizar-se por quaisquer danos provocados a Contratante ou terceiros, decorrentes de atos de preposto ou funcionários seus relacionados à execução deste contrato;

5.7.16. Manter o caráter confidencial dos dados e informações obtidos por qualquer meio ou prestados pelo TRE-MA, não os divulgando, copiando, fornecendo ou mencionando a terceiros e nem a quaisquer pessoas ligadas direta ou indiretamente à Contratada, durante e após a vigência do contrato, observados ainda, no que couber, as diretrizes vigentes adstritas à LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados - Lei nº 13.709/2018), bem como da Resolução CD/ANPD nº 2/2022.

5.7.17. Garantir que seja observada, pelos colaboradores em geral, a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, conforme Portaria nº 13/2026 - TRE/MA.

5.8 Obrigações do Contratante:

5.8.1 Informar os prazos e locais de execução e a relação dos servidores que utilizarão os respectivos veículos;

5.8.2 Atestar a regular prestação do serviço ao término de cada período de locação;

5.8.3 Pagar a empresa na forma neste Termo de Referência;

5.8.4 Promover, por meio da comissão designada, as anotações em registros próprios das ocorrências e falhas detectadas na execução e comunicar à empresa os fatos que exijam medidas corretivas;

5.8.5 Aplicar as penalidades devidas, no caso da inexecução das obrigações previstas neste termo de referência ou no edital de licitação.

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 A fiscalização da execução dos serviços ficará a cargo do servidor que será transportado para cada rota que compõe um item da licitação (nos casos em que há uma rota a ser cumprida). Já para os itens dos carros que ficarão disponibilizados na Secretaria do Tribunal a fiscalização pela execução ficará sob o comando da Seção de Gestão de Transportes.

6.2 Os fiscais ficarão responsáveis por atestar o serviço prestado e observar o cumprimento de todas as regras estabelecidas neste instrumento.

6.3 A comissão de veículos, designada pelo Tribunal, será responsável por gerenciar todas as fases da contratação, inclusive a execução, anotando em registro próprio as informações que julgar convenientes e as falhas detectadas e emitindo relatórios em 2 (duas) vias, uma das quais será encaminhada para o representante da contratada.

6.4 A Comissão responsável pela fiscalização tem autoridade para exercer, em nome do Tribunal, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização e terá plenos poderes para decidir sobre questões técnicas e burocráticas, sem que isto implique transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente competência da contratada.

6.5 As relações entre a contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela fiscalização junto ao Preposto da Contratada.

6.6 Após entregues todos os atestados pelos fiscais, a Comissão de Veículo os analisará e atestará a conformidade geral do serviço prestado.

6.7. As relações entre a Contratada e o Tribunal serão mantidas, prioritariamente, por intermédio do servidor ou da equipe responsável pela Fiscalização junto ao preposto da Contratada, ocorrendo as comunicações prioritariamente por e-mail ou outro meio idôneo para fins de registro.

6.8. Considerar-se-á realizada a notificação e iniciado o prazo para resposta ou execução no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, independentemente de confirmação de leitura ou resposta da Contratada, desde que o envio tenha ocorrido dentro do horário de expediente da Contratante.

6.9. Eventual alteração nos endereços eletrônicos da Contratada deverá ser comunicada formalmente no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, sob pena de serem consideradas válidas as notificações enviadas aos endereços anteriormente cadastrados.

6.7 Das sanções administrativas

6.7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

6.7.2 Ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas serão aplicadas as seguintes sanções:

6.7.2.1 **Advertência**, em caso de inexecuções parciais de baixo potencial lesivo, assim entendidas como aquelas que não comprometam a execução do objeto.

6.7.2.2 **Impedimento de licitar e contratar com a União** pelo prazo de até 3 anos, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem 6.7.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.3 **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem 6.7.1, bem como pela prática de condutas sujeitas à sanção de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.7.2.2) que, pela extensão dos danos, justifiquem a imposição de penalidade mais grave;

6.7.2.4 **Multa**:

6.7.2.4.1 **Moratória** de 1% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso injustificado no cumprimento das obrigações e prazos contratuais, até o limite de 30 (trinta) dias;

6.7.2.4.1.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a converter a multa moratória em compensatória e promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

6.7.2.4.2 **Compensatória de 2% a 10% sobre o valor total do contrato**, nos descumprimentos e inexecuções parciais que comprometam a execução do objeto, desde que não configurem a hipótese prevista na alínea “b” do subitem 6.7.1, conforme tabela abaixo:

TABELA

CONDUTA TÍPICA	PERCENTUAL APLICÁVEL (%)	INCIDÊNCIA
Deixar de substituir veículo por outro de mesma especificação quando o tempo previsto para execução dos serviços de revisão e manutenção ultrapassar 3 (três) horas ou, em se tratando de dia de Eleição ou sua véspera, 30 minutos;	5 a 10	Por ocorrência e por veículo
Retardar na remoção de veículo com problemas de locomoção, causando perturbação nos serviços da Zona Eleitoral ou ao trânsito da localidade;	2 a 10	Por ocorrência e por veículo
Alocar na execução do contrato motorista sem a necessária habilitação para a categoria do veículo que deverá conduzir	5 a 10	Por ocorrência
Deixar de contratar guias locais nas localidades onde se faz necessária a	2 a 10	Por ocorrência

orientação dos motoristas acerca das rotas, causando falha e/ou retardamento na execução dos serviços;		
Deixar de cumprir, injustificadamente, as orientações gerais de serviços determinadas pela fiscalização da contratante.	2 a 10	Por ocorrência
Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais	8 a 10	Por ocorrência
Deixar de entregar ou de regularizar a documentação exigida, seja para prestação do serviço seja para instrução de processo de pagamento	2 a 5	Por ocorrência
Deixar de cumprir outras obrigações previstas no Edital e seus Anexos	2 a 10	Por ocorrência

6.7.2.4.3 Compensatória de 11% a 30% sobre o valor total do contrato, nas hipóteses sujeitas às sanções de impedimento de licitar e contratar (subitem 6.7.2.2) e declaração de inidoneidade (subitem 6.7.2.3).

6.7.2.4.3.1 Também será punível com esta multa a contratada que incorrer em qualquer das condutas típicas relacionadas no subitem 6.7.1 e resultar prejuízo incontornável à realização do pleito eleitoral ou graves consequências à Administração Pública ou a terceiros, hipótese em que estará configurada a INEXECUÇÃO TOTAL DO OBJETO.

6.7.3 A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

6.7.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

6.7.5 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

6.7.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, se houver, ou cobrada judicialmente.

6.7.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

6.7.8 Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

6.7.9 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

6.7.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

6.7.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

7 FORMA DE MENSURAÇÃO DO CUSTO DA LICITAÇÃO E PAGAMENTO

7.1 Metodologia:

A metodologia utilizada para mensurar os custos da licitação está baseada nas variáveis quilometragem rodada e a diária de disponibilização do veículo e motorista. Ambas conjugadas resultarão no valor a pagar à contratada.

A quilometragem rodada custeará as despesas com combustível e despesas com manutenção do veículo. A diária de disponibilização do veículo e motorista custeará as despesas com o preço da locação do veículo, com seus custos inerentes, e as despesas com o motorista contratado, inclusive em viagens. Ambas as variáveis remuneram os serviços do transporte a contratar.

A diária de disponibilização do veículo e motorista, tendo característica de um custo fixo na contratação, irá remunerar a empresa mesmo nos casos em que o quilômetro utilizado naquele dia não seja suficiente para suprir os custos operacionais do contratado.

O quilômetro rodado, por outro lado, remunera os custos variáveis do contratado, tal como combustível e manutenção do veículo, dentre outros.

Quanto à quilometragem rodada deverá ser obedecido o seguinte:

a) Planejamento prévio, com quilometragem e destinos definidos, conforme Relatório de Viagem, **conforme anexo V**.

b) O motorista do veículo deverá realizar o percurso pré-determinado no Relatório de Viagem, salvo situações imprevisíveis, as quais deverão ser registradas, devendo o servidor usuário dos serviços, neste caso, registrar novo trajeto percorrido devidamente

justificado, para análise pela Fiscalização do contrato.

c) As quilometragens previstas dos trajetos percorridos serão levantadas por meio do aplicativo Google Maps de medição de quilometragem.

d) Haverá a aferição da quilometragem por anotação do hodômetro do veículo diariamente, quando se inicia e termina a prestação do serviço, registrado no Relatório de Viagem e cientificado pelo passageiro e motorista.

e) Será objeto de pagamento apenas a quilometragem efetivamente utilizada, mesmo que inferior à prevista, e a quantidade de dias de disponibilização dos veículos e motoristas, a qual será conferida e atestada pela fiscalização e servidor usuário dos serviços.

f) As viagens cuja execução por qualquer razão terminem com quilometragem comprovadamente divergente do que a previamente planejada em proporção superior a 10%, terão a quilometragem ajustada pela fiscalização do contrato.

g) As viagens terão como referência para efeito de medição inicial e final de quilometragem prevista a sede do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, localizada na Avenida Vitorino Freire, s/n, Areinha, São Luís-MA. O ponto inicial poderá ser alterado para algum município da rota.

h) A viagem somente poderá ser faturada após aprovação do Relatório de Viagem pela fiscalização do contrato.

i) Os ajustes de quilometragem que se fizerem necessários serão feitos pela fiscalização do contrato, a partir da análise do Relatório de Viagem.

7.2 Proposta de preços:

7.2.1. Cada item licitado corresponde a uma rota de técnico de urna, de técnico de junta, de instaladores e aos carros que serão utilizados pela Secretaria do Tribunal.

7.2.2. Na proposta dos licitantes deverá constar explicitamente o custo do quilômetro unitário rodado e da diária de disponibilização do veículo e motorista em cada item da licitação, assim como:

a) Indicação do nome completo da licitante (pessoa física/pessoa jurídica), endereço, telefone/celular para contato, número do CPF/CNPJ;

b) Especificação do veículo a ser locado se carro Leve ou Picape;

c) O valor da proposta deverá ser expresso em moeda corrente nacional, em algarismos e por extenso, prevalecendo este último, em caso de divergência;

d) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data da sua entrega;

e) Declaração que estão inclusos no valor da proposta todos os tributos, custos e demais encargos que incidam sobre os serviços prestados.

7.3 Pagamento:

7.3.1. Após a prestação do serviço em cada turno da Eleição, a CONTRATADA encaminhará aos membros da Comissão Fiscalizadora as notas fiscais correspondentes aos serviços prestados durante o respectivo período de execução, para atesto dos fiscais do contrato e consequente liquidação da despesa.

7.3.2. O pagamento será efetuado mediante Ordem Bancária, em até 30 (trinta) dias após o recebimento definitivo dos serviços, o qual será formalizado através do atesto da respectiva Nota Fiscal, desde que estejam com todos os seus campos devidamente preenchidos.

7.3.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais.

7.3.4. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.3.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos, sem prejuízo de aplicação de multa prevista em capítulo próprio.

7.3.6. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.3.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3.8. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

- 8.1 A adjudicação do objeto deverá ser feita POR ITEM, ou seja, por cada rota de Instaladores, rota de Técnicos de Urnas, rota de Técnicos de Juntas e por tipo de veículo à disposição da Secretaria, visando, dessa forma, ampliar ao máximo a competitividade do certame.
- 8.2 Os valores das propostas deverão prever todos os custos diretos e indiretos pertinentes à execução dos serviços.
- 8.3 Será considerada vencedora a Licitante que cumprir todas as condições estabelecidas no termo de referência, edital e seus anexos e ofertar o MENOR PREÇO total por item. A Licitante deverá apresentar a planilha de custos devidamente preenchida, conforme modelo constante no Anexo VI.
- 8.4 Trata-se de serviços de natureza comum, logo enquadrado na Lei n.º 14.133/2021, Art. 6º, inciso XIII c/c inciso XLI, devendo, dessa forma, ser adotada a modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, utilizando o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP).
- 8.5 Considerando que não é possível a definição prévia do quantitativo a ser utilizado, tal como na eventualidade de quilometragem adicional ou na ampliação do período de viagem, já que dependem de diversas variáveis, os preços deverão ser registrados em uma ata de registro de preço, assim como prescreve o Art. 40, inciso II c/c Seção V da Lei n.º 14.133/2021, bem como considerando as hipóteses de enquadramento prevista no Art. 3º do Decreto n.º 11.462/2023.
- 8.6 Na ocorrência de adiamento do pleito eleitoral, as datas previstas para utilização dos veículos neste termo de referência serão alteradas.
- 8.7. Deverá ser apresentada declaração de que a Licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

9. ESTIMATIVA DE PREÇO E DE CUSTO

9.1 O custo estimado foi calculado com base em pesquisa de preços realizada em outras contratações públicas e junto a fornecedores. Na composição também foram os utilizados os preços da última licitação do TRE/MA, atualizados pelo IPCA, conforme detalhado nos Estudos Técnicos Preliminares, resultando nos valores abaixo:

OBJETO	PREÇO ESTIMADO
Valor da diária para veículo leve	R\$ 528,94
Valor do Km rodado para veículos leves	R\$ 5,66
Valor da diária para picapes	R\$ 970,78
Valor do Km rodado para picapes	R\$ 4,47

O custo total estimado da presente contratação é de **R\$ 1.875.625,15 (um milhão, oitocentos e setenta e cinco mil, seiscentos e vinte e cinco reais e quinze centavos)**, conforme detalhado no mapa de preços.

10. ENQUADRAMENTO TRIBUTÁRIO

- 10.1 Os serviços objeto desta contratação têm como fato gerador a prestação de serviços de transporte intermunicipal e intramunicipal.
- 10.2 Quando o serviço for realizado na órbita de apenas um município, nesse caso intramunicipal, é fato gerador de ISS, conforme consta na lista anexa da LC 116/2003, item 16, subitem 16.02.
- Art. 1º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.
- 16 – Serviços de transporte de natureza municipal.
- 16.01 – Serviços de transporte de natureza municipal.
- 16.02 - Outros serviços de transporte de natureza municipal. [\(Incluído pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)
- 10.3 Quanto ao local da prestação dos serviços de transporte intramunicipal, considera-se prestado no local onde o serviço é executado, conforme exceção estabelecida no art. 3º, XIX, do referido diploma legal.
- Art. 3o **O serviço considera-se prestado, e o imposto, devido, no local do estabelecimento prestador** ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I a XXV, quando o imposto será devido no local: [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016\)](#)
- XIX - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa; [\(Redação dada pela Lei Complementar nº 157, de 2016\).](#)
- 10.4 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 5%. As empresas optantes pelo SIMPLES NACIONAL terão alíquotas diferenciadas de acordo com seu enquadramento.

10.5 O fato gerador do serviço de transporte intramunicipal, tributado pelo ISS, ocorrerá principalmente na demanda dos carros locados à secretaria do Tribunal, itens 48 e 49 da licitação, pois tais carros ficarão em atividades, em sua maioria, dentro da

circunscrição de São Luís. Entretanto, quando tal veículo precisar deslocar-se para viagem, aí surge o fato gerador do ICMS, nesse caso serviço de transporte intermunicipal.

10.6 Para os demais itens da licitação cujo transporte tem natureza intermunicipal o licitante será tributado pelo ICMS.

10.7 O serviço de transporte intermunicipal é fato gerador do ICMS, conforme art. 155, II, da CF/1988, descabendo assim tributação do ISS.

Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

...

II - operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de **serviços de transporte** interestadual e **intermunicipal** e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 3, de 1993)

10.8 O Decreto 19.714/2003, atualizado pela Resolução administrativa 19/2019, que institui o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - RICMS também enuncia o fato gerador da obrigação tributária no seu artigo 1, inciso II:

Art. 1º O imposto incide sobre:

...

II - prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, por qualquer via, de pessoas, bens, mercadorias ou valores;

10.9 Nesse caso a base de cálculo é o preço do serviço, tendo como alíquota o percentual de 18%, conforme art. 28, inciso III, b do RICMS.

10.10 Quanto ao local de prestação do serviço de transporte intermunicipal, conforme art. 30, inciso II, a, o local é onde tenha se iniciado a prestação do serviço. Em nosso caso específico, a cidade de São Luís-MA em regra.

10.11 É de se destacar que o próprio RICMS estabelece a exclusão do crédito tributário, mediante isenção, aos prestadores de serviços de transportes intermunicipais que o realizam nas regiões metropolitanas criadas no Maranhão.

Art. 4º O imposto não incide sobre:

...

X - prestação do serviço de transporte intermunicipal de característica urbana, nas regiões metropolitanas criadas neste Estado.

10.12 Com a aprovação da lei complementar n.º 174/2015 que culminou com a criação da Região Metropolitana da Grande São Luís os transportes intermunicipais dentro dessa região são excluídos da tributação do ICMS.

CAPÍTULO I

DA INSTITUIÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DA GRANDE SÃO LUÍS

Art. 1º A Região Metropolitana da Grande São Luís - RMGSL passa a reger-se pelas normas estabelecidas nesta Lei Complementar.

Art. 2º Integram a Região Metropolitana da Grande São Luís os Municípios de Alcântara, Axixá, Bacabeira, Cachoeira Grande, Icatu, Morros, Presidente Juscelino, Paço do Lumiar, Raposa, Rosário, Santa Rita, São José de Ribamar e São Luís.

10.13 De todo modo, nesse caso de isenção, não se pode deixar de citar que a exclusão da obrigação principal, no caso pagar o tributo, não exclui a obrigação acessória, tal como emitir os documentos fiscais, o que demonstra a necessidade, mesmo nesse caso, da correta emissão do documento fiscal, conforme determina o Código Tributário Nacional, Lei 5.172/64, art. 175.

Art. 175. Excluem o crédito tributário:

I - a isenção;

II - a anistia.

Parágrafo único. A exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela consequente.

Para emissão do documento fiscal, o RICMS no seu art. 122, 156 e 158 estabelece o seguinte:

Art. 122. Os contribuintes do ICMS emitirão, conforme as operações e prestações que realizarem, os seguintes documentos fiscais:

V - Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7.

Art. 156. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte, modelo 7 - Anexo SINIEF 20, será utilizada:

I - pelas agências de viagem **ou por quaisquer transportadores** que executarem serviços de transporte **intermunicipal**, interestadual e internacional de turistas **e de outras pessoas**, em veículos próprios ou fretados;

Parágrafo único. Para os efeitos do inciso I, considera-se veículo próprio, além do que se achar registrado em nome da pessoa, aquele por ela operado em regime de locação ou qualquer outra forma.

Art. 158. A Nota Fiscal de Serviço de Transporte será emitida antes do início da prestação do serviço.

§ 1º É obrigatória a emissão de uma Nota Fiscal, por veículo, para cada viagem contratada.

10.14 Não obstante tal regramento contido no RICMS, em 8 de julho de 2016, foi **instituído**, mediante o Ajuste Sinief 10/2016 no âmbito da CONFAZ, o CTe OS (Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços - CTe OS), modelo 67. Tal instrumento é um novo documento fiscal que substitui a Nota Fiscal de Serviço de Transporte - NFST modelo 7.

10.15 As empresas contratadas deverão, caso não tenham inscrição estadual, cadastra-se na Fazenda Estadual para correta emissão dos documentos fiscais que comprovam o fato gerador do ICMS, tal como a CTE-OS ou a NF modelo 7. Já em relação ao ISS, a empresa deverá se cadastrar na Fazenda Municipal para emissão da Nota Fiscal de Serviços.

11. INDICAÇÃO DA FONTE ORÇAMENTÁRIA

11.1. Trata-se de licitação na modalidade pregão eletrônico, por meio de sistema de registro de preço.

11.2. Em se tratando de Sistema de Registros de Preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do contrato ou de outro instrumento hábil, nos termos do Art. 17 do Decreto nº 11.462/2023.

11.3. Não obstante a faculdade legal, a fonte orçamentária foi prevista no orçamento para pleitos 2026 na unidade COSEM, cujo detalhamento segue abaixo:

<https://intranet.tre-ma.jus.br/administracao/planejamento-e-execucao-orcamentaria/2026/proposta-orcamentaria-pleitos-eleitorais-2026-resumo-por-setor>

ITEM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS – R\$ 3.646.453,63

12. VIGÊNCIA DA ATA, DO CONTRATO E REAJUSTE

12.1 A Ata de Registro de Preços terá vigência de 1 (um) ano a partir de sua assinatura consoante Art. 84 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2 Os períodos da prestação dos serviços poderão ser alterados conforme necessidade, mediante comunicação à CONTRATADA.

12.3 Para a habilitação deverão ser solicitados os documentos exigidos em lei e no Edital do certame, além do(s) atestado(s) de capacidade técnica e demais documentos previstos neste Termo de Referência.

12.4 A vigência do contrato observará o prazo de 1 (um) ano, de acordo com o disposto no art. 105 da Lei n. 14.133/21.

12.5 O reajuste de preços, quando aplicável, será realizado a partir do índice nacional de preços ao consumidor (IPCA/IBGE), observada a anualidade com data base vinculada à data do orçamento estimado.

13. PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

A contratação considera o Plano Estratégico do TRE-MA aprovado para o interstício 2021-2026, alinhando-se ao macrodesafio APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA, o qual se refere à “*adequação dos gastos ao atendimento das necessidades prioritárias e essenciais dos órgãos da justiça, para se obter os melhores resultados com os recursos aprovados nos orçamentos*”. Consta ainda no Plano de Contratações Anual aprovado para o exercício de 2026, na categoria Pleitos Eleitorais.

14. ANEXOS

ANEXO I - Planilha da rota dos Instaladores

ANEXO II - Planilha da rota dos técnicos de urnas

ANEXO III - Planilha da rota dos técnicos de junta

ANEXO IV - Checklist

ANEXO V - Relatório de viagem

ANEXO VI - Planilha para preenchimento das empresas

São Luís/MA, 25 de março de 2026.

Rodolfo Medeiros de Campos

NAV - 30990643



Documento assinado eletronicamente por **RODOLFO MEDEIROS DE CAMPOS, Analista Judiciário**, em 06/05/2026, às 16:13, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ma.jus.br/autenticar> informando o código verificador **2758301** e o código CRC **026000A9**.

0004458-52.2026.6.27.8000|2758301v2|